

Proteger a Amazônia requer reformulação de modelo econômico

Futuro da floresta e dos seus povos também está ligado aos demais países por onde ela se espalha

Por Eduardo Geraque — Para o Valor, de São Paulo

30/11/2022 05h03 · Atualizado há 6 dias

 logo-valor

 Acompanhe ao vivo





Amazônia: propostas de agenda integrada podem ser encampadas tanto pelo governo federal quanto pelos estaduais — Foto: Marcelo Carnaval/Agência O Globo

 logo-valor

 Acompanhe ao vivo



Após uma longa depuração, transferir o que fica da COP27 para o mundo real não é simples. Ainda mais se em termos geográficos, o foco estiver sobre a Panamazônia. Estimular a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável da região no Brasil, Peru ou Colômbia é distinto do que fazer o mesmo no Suriname ou nas Guianas. A Amazônia se espalha por nove países, mas 60% dela está no Brasil.

- **Leia também:**
- **Sem regras, países criam fundo de reparação**

- **Valores prometidos não são cumpridos e estão defasados**
- **Indústria vê espaço para reforçar metas de descarbonização**
- **Conflito na Ucrânia provoca incerteza na área de energia**

Na realidade brasileira, usando a figura de linguagem do mundo do futebol, em evidência em tempos de Copa do Mundo, a COP também marcou uma mudança no estilo de o país jogar no campo das relações internacionais. “O Brasil, mesmo pressionado, deixou a retranca e foi para cima. Lula disse que vai entregar o desmatamento zero, e não apenas o ilegal, e ainda cobrou os países ricos a serem mais ativos”, afirma Raoni Rajão, professor do departamento de engenharia de produção da Universidade Federal de Minas Gerais e especialista em políticas públicas ambientais, falando do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva.



logo-valor

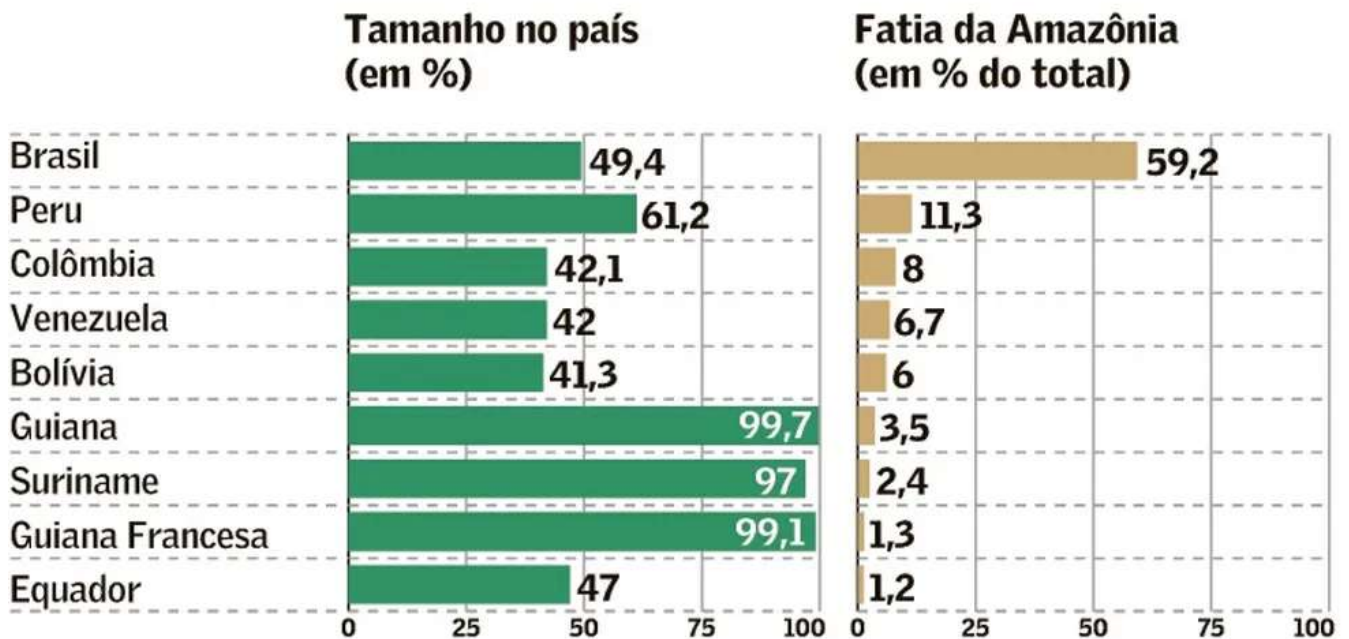


Acompanhe ao vivo

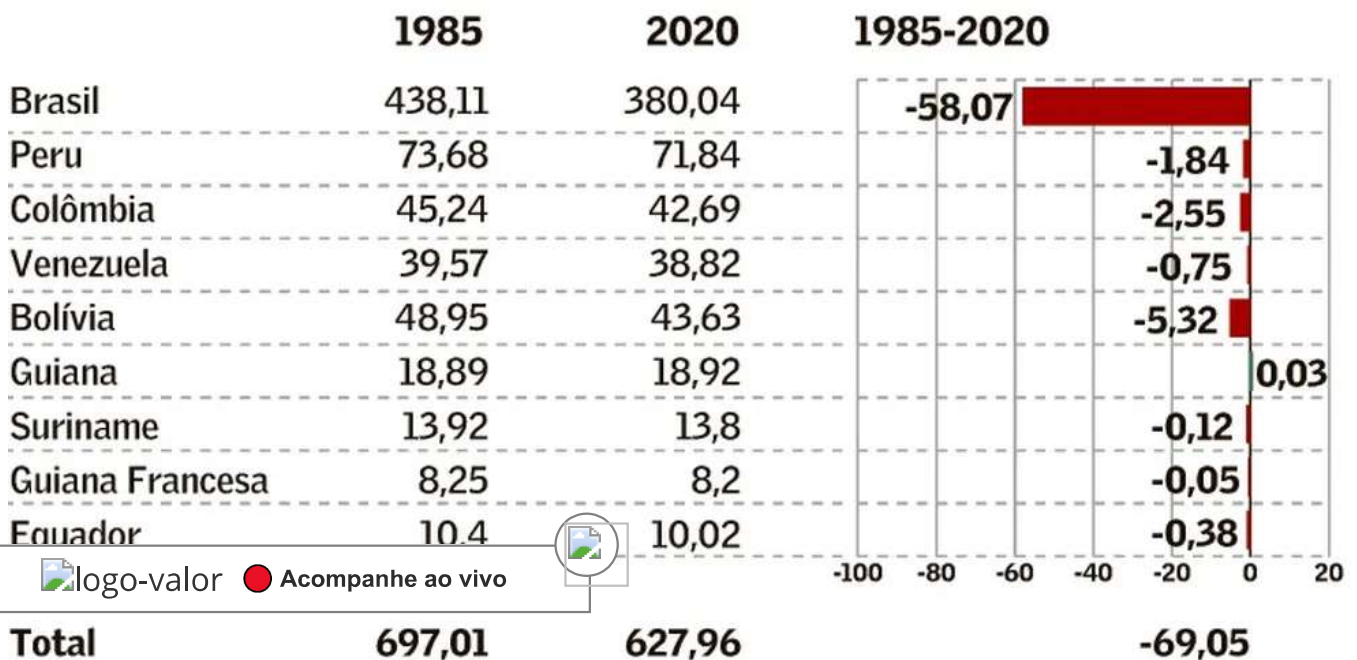


De quem é a Amazônia

As dimensões da Panamazônia, em % do país e fatia da floresta



A perda de área florestal em 35 anos (1985-2020) - em milhões de hectares



Fonte: Amazon Vision e MapBiomass

Para o pesquisador brasileiro, os caminhos que precisam ser seguidos para que a Amazônia entre nos trilhos do desenvolvimento sustentável, antes de mais nada, devem ser divididos entre o curto e o longo prazo. “Não tem muito jeito. De imediato, a questão é fazer com que o discurso político fique evidente na prática e com muita transparência”, diz Rajão. Na realidade, explica o pesquisador, trata-se de

implantar uma fiscalização contundente e, além disso, fazer com que multas e embargos legais sejam cumpridos. “É preciso ajustar a legislação e evitar que o ilegal seja legalizado. Além de impedir, na cadeia da pecuária, por exemplo, que os produtores ‘lavem o gado’. Ter rastreabilidade em toda a cadeia, o que nem sempre ocorre, é essencial. Até para satisfazer parceiros internacionais”, ressalta.

A direção apontada pelo especialista da UFMG vai na mesma toada de um documento feito a centenas de mãos publicado durante as eleições. O conteúdo da publicação “100 primeiros dias de governo: propostas para uma agenda integrada das Amazônias” é recheado de sugestões palpáveis que podem ser encampadas tanto pelo governo federal quanto pelos governadores da Amazônia Legal.

A visão da rede “Uma Concertação Pela Amazônia”, organizadora dos dados, é que apenas o combate ao desmatamento, apesar de importante, não dá conta de empurrar a Amazônia para a pista de decolagem do desenvolvimento sustentável. Muito do que faz parte da chamada Amazônia 1.0, relacionado, portanto, a temas como educação, saúde, segurança pública e até alimentar, precisa também ser abraçado nos próximos meses. A proposta de fundo elaborada pelo grupo, encabeçado por Renata Piazzon e Roberto Waack, é fazer com que a Amazônia deixe de ser vista como um problema e passe a ser uma solução. E isso, sempre, com a participação dos amazônidas.



“Dentro do contexto da nova realidade brasileira, com a virada de chave na política ambiental nacional, no longo prazo, além da questão da fiscalização e do controle do

desmatamento, é preciso também incrementar a bioeconomia, uma das vocações da região”, afirma Raoni. Sergio Leitão, diretor do Instituto Escolhas, concorda.

“O Plano ABC [Agricultura de Baixo Carbono], dentro do Plano Safra, precisa de incrementos vigorosos para que ele tenha uma participação digna do nome tanto na Amazônia quanto no resto do país. Poderia-se estabelecer para os próximos quatro anos uma meta bastante ambiciosa para que o ABC recebesse 30% do total dos recursos destinados à agricultura nacional”, afirma Leitão. Segundo o executivo, em termos de bioeconomia, o Brasil pode chegar, em quatro anos, a abocanhar 10% do mercado mundial de produtos florestais, com a produção de pimenta, açaí e castanha, entre outros. Em vez do menos de 1% que tem atualmente. “A Zona Franca de Manaus poderia se transformar em uma zona franca da economia verde ou da bioeconomia. Para isso, poderia ser usado metade dos R\$ 26 bilhões de renúncia fiscal que vão todo ano para lá”, diz Leitão.

Como também foi debatido na COP27, em termos de grandes mecanismos internacionais de financiamento, modelos como o do Fundo Amazônia, e dos mercados internacionais de créditos de carbono, precisam ser destravados para que projetos sustentáveis floresçam ainda mais na região.

Além da produção com a floresta em pé, existe também o potencial do uso racional da engenharia florestal, que pode ser aliado ao estoque de carbono. Um estudo que acaba de ser lançado pelo Escolhas mostra que a comercialização de créditos de carbono a partir de 37 áreas de concessão florestal existentes na Amazônia poderia gerar R\$ 125 milhões ao ano. Em paralelo, o plantio de 8 bilhões de árvores, para que o país cumpra o compromisso de recuperar 12 milhões de hectares de floresta até 2030, assumido na COP de Paris em 2015, também geraria R\$ 6,5 bilhões em impostos por ano e ainda, indiretamente, 215 mil empregos diretos.

Logo-valor

● Acompanhe ao vivo



Se a realidade na Amazônia brasileira passa por comando e controle e políticas públicas focadas, seja no curto ou no longo prazo, em outros países amazônicos a situação é bem parecida. A Colômbia, onde a Amazônia cobre 42% do território - no Brasil, é por volta de 49% -, o ritmo da destruição também cresceu neste século. Os vizinhos tiveram uma guerra civil até 2016 e, paradoxalmente, o desmatamento disparou depois. O agronegócio destrutivo, a mineração e a exploração ilegal da madeira tomaram conta das áreas antes ocupadas pela guerrilha. Existem na região mais de 500 mil propriedades voltadas a pecuária e 23,4 milhões de cabeças de gado.

O governo vem tentando enfrentar o problema e, agora, com a entrada de um grupo mais alinhado à esquerda no país, liderado por Gustavo Petró, pode ser que a proximidade com o Brasil faça prosperar ações em conjunto de preservação do bioma. A Venezuela e o Peru investiram em áreas protegidas legalmente, outro caminho bem avaliado pelos especialistas. Respectivamente, 17% e 9% do bioma amazônico estão inseridos em áreas de proteção ambiental nesses dois países.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

 logo-valor

 Acompanhe ao vivo



as de grife despencam

BOLSAS DE MARCA

LINK PATROCINADO

Detran cria guerra contra dispositivo anti-radar

DETECTOR DE RADAR SPYDER X V8

LINK PATROCINADO

Porque essa mini motosserra foi eleita a invenção mais...

ULTRASERRA

LINK PATROCINADO